



## Congresso dos Metroviários de SP



**Metrô público, estatal e de qualidade.**

**Garantia de direitos e conquistas.**

**Não à privatização!**

**Contra a criminalização dos  
Movimentos Sociais.**

**Por uma central classista, unitária,  
democrática e de luta.**

**Por um país soberano, com justiça social,  
emprego e desenvolvimento!**

# *Caderno do* **Texto Base**

9º Congresso dos Metroviários

**Dias 4, 5 e 6/12**

**Em Atibaia**

## APRESENTAÇÃO

# Rumo ao 9º Congresso

A organização do 9º Congresso dos Metroviários se dá em um momento de incerteza para os paulistanos, já que a disputa pela prefeitura da cidade ainda não acabou. O segundo turno desta eleição acontecerá no dia 26 de outubro, quando, enfim, será determinada a forma como serão encaminhadas as soluções dos problemas de São Paulo. Ou seja: de forma a fazer valer os direitos dos cidadãos e dos trabalhadores paulistanos, ou para que apenas uma minoria seja beneficiada, com a priorização do transporte individual, a venda do patrimônio público, terceirizações e sucateamento dos serviços públicos, por exemplo.

Como o 9º Congresso acontecerá entre os dias 4 e 6 de dezembro, os delegados eleitos já terão condições de avaliar a nossa nova realidade, determinando metas e os caminhos que deveremos percorrer para alcançá-las.

Será o momento de avaliar nossas lutas, conquistas e pendências com a categoria, elevando o nível de consciência dos metroviários, para que possam empenhar seus esforços no próximo período, principalmente se forças conservadoras estiverem no poder.

Caso contrário, deveremos montar estratégias para, junto com as forças progressistas, enfrentar os constantes ataques da Cia. e do governo Serra contra os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Como exemplo citamos a concessão da Linha 4 – Amarela à iniciativa privada, a criação de novas funções com direitos diferenciados, descumprimento do acordo coletivo, as terceirizações, a canibalização dos trens e o sucateamento de equipamentos. Tudo o que também interfere de forma negativa na vida da população, no geral.

Neste sentido, o 9º Congresso dos Metroviários também terá extrema importância para debatermos e analisarmos a conjuntura internacional e a resistência ao imperialismo, a conjuntura nacional e a luta para que o Brasil permaneça e aprofunde o caminho das mudanças, a situação em nosso Estado que mantém o modelo neoliberal, e a participação da categoria na resistência a este modelo.

A partir da publicação deste texto base, que foi aprovado pela maioria da diretoria do Sindicato, temos o objetivo de viabilizar a participação da categoria nos debates do 9º Congresso, por meio da proposição de emendas. Para tanto, os metroviários sindicalizados podem apresentar suas idéias até o dia 20 de outubro.

# Orientações para apresentação de emendas:

Os metroviários sindicalizados podem apresentar emendas ao texto-base obedecendo ao temário do Congresso: conjuntura internacional; conjuntura nacional; setor de transportes; movimento sindical e centrais sindicais; organização da categoria e atualização e/ou alteração estatutária.

**Emendas aditivas:** propostas que objetivam acrescentar parágrafos ao texto-base. O proponente deverá indicar em que parte do texto (tema e número do parágrafo) propõe o acréscimo, sendo que as emendas aditivas não poderão ultrapassar três mil caracteres.

**Emendas substitutivas:** propostas que objetivam substituir parágrafos do texto-base. O proponente deverá indicar qual parte do texto (tema e número do parágrafo) propõe substituir, sendo que as emendas que propõem substituir a totalidade do tema não poderão ultrapassar o tamanho do texto que se pretende substituir.

**Emendas supressivas:** propostas que objetivam retirar parágrafos do texto-base. O proponente deverá indicar qual parágrafo propõe retirar.

## Atenção!

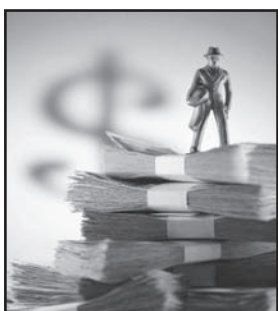
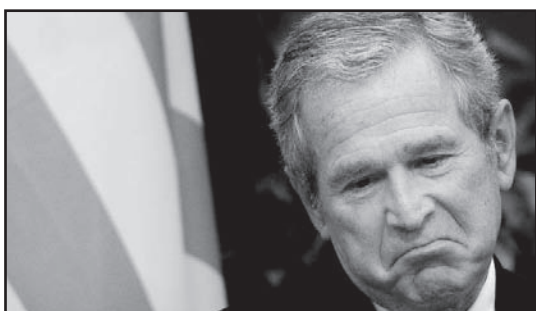
Todas as propostas de emenda devem ser feitas em um programa editor de texto, como Word, Office, com a devida identificação de seus autores.

Os textos devem ser encaminhados ao endereço eletrônico:

**[9congresso@metroviarios-sp.org.br](mailto:9congresso@metroviarios-sp.org.br)**

## Fique atento à agenda do 9º Congresso:

- Entrega das emendas: 07 a 20 de outubro
- Publicação das emendas: 23 de outubro
- Eleição dos delegados: 27 a 31 de outubro
- Divulgação dos delegados eleitos: 04 de novembro



## TEMA 1

# Conjuntura Internacional

**1** A grave crise que abala o sistema capitalista e imperialista internacional, irradiada dos EUA e considerada por muitos como a maior dos últimos 80 anos ou desde a Grande Depressão dos anos 1930, confere, nesses dias, um dos mais salientes traços da conjuntura econômica e política internacional.

**2** Para contorná-la, os imperialistas estadunidenses recorrem à mão forte do Estado e, com a utilização de recursos públicos, anunciam um pacote orçado oficialmente em 700 bilhões de dólares com o objetivo de salvar um sistema financeiro falido e afogado na especulação.

**3** O recurso desesperado ao Estado é uma confissão envergonhada do fracasso e esgotamento do neoliberalismo, que apregoa as falsas virtudes do chamado Estado mínimo e a fé cega na pretensa capacidade de auto-regulação das forças de mercado, que na prática são guiadas pela anarquia.

**4** A crise realça o declínio do poderio e da hegemonia econômica dos Estados Unidos no mundo, também sinalizada pela fragilidade do padrão dólar, e desperta a necessidade histórica objetiva de uma nova ordem econômica e política mundial.

**5** Todo este abalo vem à tona no contexto da eleição para a sucessão presidencial nos EUA, abrindo grande vantagem para o candidato de oposição, Barack Obama. É uma conjuntura que intensifica o sentimento de indignação dos cidadãos norte-americanos, em busca de mudanças neste sistema em que o Deus mercado privilegia empresários e banqueiros em detrimento das necessidades da maioria da população.

**6** Contudo, a atual crise dos EUA não afeta apenas o âmbito econômico, mas reflete politicamente e de forma negativa para a manutenção da hegemonia belicista e genocida, representada pelo governo de Bush.

**7** Em contrapartida ao declínio americano, como resultado do desenvolvimento desigual das nações, verifica-se a vertiginosa ascensão da China à condição de superpotência, cuja economia de mercado socialista há décadas cresce à razão de 10% ao ano, enquanto as potências capitalistas registram forte tendência à estagnação, com taxas de crescimento declinantes e os PIBs avançando de forma medíocre, em cerca de 2% ao ano. Os fatos sugerem a superioridade econômica do socialismo chinês sobre o capitalismo americano e europeu.

**8** Associado à decadência da hegemonia americana, o rotundo fracasso econômico, social e político do neoliberalismo, que ocasionou o crescimento assustador do nível de desemprego e a precarização das relações entre capital e trabalho, ensejou também a revolta dos povos. Isto se desdobrou em sucessivas vitórias das forças progressistas e de esquerda em vários países da América Latina, o que abriu caminho a um processo de transição e mudança política.

**9** América Latina já vive um novo cenário político, embora a mudança não esteja ainda consolidada. Em maior ou menor grau, um grande número de nações rechaça o chamado "Consenso de Washington" e se distancia do modelo neoliberal ditado pelos EUA. A experiência mais promissora e avançada ocorre na Venezuela, onde a revolução bolivariana liderada por Hugo Chávez propõe a construção do socialismo e toma medidas concretas nesta direção, nacionalizando setores estratégicos da economia e fortalecendo o papel do Estado.

**10** Passos significativos no sentido de estabelecer uma maior unidade econômica e política dos países latino-americanos, sem a tutela do imperialismo, foram dados pelos novos governantes.

**11** A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), proposta pelos EUA, foi rejeitada. O Mercosul (Mercado Comum do Sul) se fortalece, juntamente com a ALBA (Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América). Em maio deste ano foi criada a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), pela qual a América do Sul se transforma num bloco com uma só voz política. A nova instituição joga um papel decisivo para uma solução democrática dos conflitos em curso na Bolívia. No mês de outubro Brasil e Argentina dão adeus ao padrão dólar nas transações comerciais e passam a utilizar suas próprias moedas (real e peso) como meio de pagamento e unidade de preço para exportações e importações bilaterais.

**12** A conjuntura traz novas perspectivas para a classe trabalhadora e o movimento sindical na região. Os ventos políticos favorecem nossa luta. Todavia, é preciso considerar o fato de que o processo de mudanças em curso é incerto, além de desigual. A direita não sofreu uma derrota definitiva. O imperialismo não morreu, apesar dos revezes políticos (e militares, no caso do Iraque e Afeganistão), da decomposição do padrão dólar, da crise financeira e da franca decadência da economia norte-americana.

**13** Acontecimentos recentes, como as iniciativas golpistas na Bolívia, Paraguai, Equador e Venezuela, indicam que o imperialismo e as forças conservadoras procuram criar condições para lançar uma contra-ofensiva, acirrando a luta de classes em toda a região.

**14** O neoliberalismo não foi abolido, monopoliza os meios de comunicação de massa e exerce forte influência sobre as políticas econômicas. Em certa medida, a filosofia que orientou a proposta da ALCA continua sendo implementada, através dos Tratados de Livre Comércio (TLCs) – inclusive com a União Européia, das privatizações e liberalização do câmbio e dos fluxos de investimento, entre outras formas.

**15** A possibilidade de retrocesso não desapareceu. Os EUA estão dispostos a tudo para manter seu domínio sobre a região que sempre trataram como um quintal particular. Ao perder espaço no terreno político, o imperialismo contra-ataca fomentando a corrida armamentista e provocações de todo tipo com o objetivo de semear a guerra e multiplicar os conflitos entre os países da região. Conta, para tanto, com forte apoio nas classes dominantes locais. A reativação da 4ª Frota de Intervenção, em 12 de julho de 2008, foi um gesto hostil e belicista que mostra a disposição imperialista de recorrer às armas para impedir as mudanças e preservar o capitalismo neoliberal.

**16** A guerra é um instrumento utilizado pelo império para solucionar ou atenuar suas crises econômicas. Está claro que os Estados Unidos estão buscando um pretexto na América para iniciá-la e assim barrar todos os progressos conquistados até o momento.

**17** Em tais circunstâncias, avulta a responsabilidade do movimento sindical. Impõe-se o desafio e o dever de ampliar a mobilização e conscientização das massas trabalhadoras para lutar, ao lado de outras forças progressistas, por dois objetivos interligados: derrotar a reação neoliberal

e impulsionar ações transformadoras.

**18** Os trabalhadores devem estar atentos para reagir a qualquer intento de agressão aos nossos processos emancipatórios e emprestar ativa solidariedade aos governos progressistas e às mudanças. O internacionalismo está na ordem do dia, conforme revelam os atos realizados no Brasil e na Argentina em apoio ao governo de Evo Morales na Bolívia.

**19** Concentrando sua energia nesta direção o movimento sindical poderá superar suas dificuldades, recuperar força, ampliar sua capacidade de mobilização e contribuir de forma decisiva para a afirmação concreta da unidade e elevação do protagonismo da classe trabalhadora no destino político das nações latino-americanas.

**20** A classe trabalhadora também se ressentida da ofensiva empreendida pelo capital, encontra-se mais fragmentada, dividida e vulnerável ao assédio ideológico das empresas capitalistas, operado através de diversos meios, no mais das vezes, com o respaldo das lideranças que apregoam a colaboração e conciliação de classes.

**21** Os valores do capitalismo, associados ao individualismo e à concorrência, foram fortemente difundidos e criaram raízes, abalando o espírito de solidariedade classista e fomentando a divisão e o conformismo. Isto constitui uma séria dificuldade, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, que o movimento sindical terá de enfrentar e suplantar.

**22** A luta no plano ideológico, pela conquista dos corações e mentes da classe trabalhadora e elevação da consciência social, ganhou notória relevância. Cabe destacar o papel deplorável que a mídia capitalista vem cumprindo na guerra de idéias em defesa da ordem imperialista neoliberal ditada pelos EUA, distorcendo fatos, disseminando mentiras e promovendo um verdadeiro terrorismo midiático com o propósito mal disfarçado de difamar e desacreditar as forças progressistas e as idéias mudancistas, criando condições para criminalizá-las pelas causas que representam. A batalha contra o monopólio dos meios de comunicação capitalistas entrou para a ordem do dia e o movimento sindical não pode ficar alheio a esta luta.

**23** Os metroviários e a classe trabalhadora brasileira não podem ficar à margem das grandes batalhas políticas em desenvolvimento no mundo. Devem defender com energia a democracia e o direito à autodeterminação e soberania das nações; respaldar os esforços de integração solidária dos povos da América Latina, rechaçar os TLCs propostos pelos EUA e União Européia; lutar contra a guerra e pela paz mundial; defender a retirada das tropas imperialistas, ianques e européias, no Iraque e Afeganistão; condenar a intervenção das potências capitalistas na vida de outras nações; exigir a retirada das tropas brasileiras do Haiti; exigir o fim do criminoso bloqueio contra Cuba, assim como a imediata libertação dos cinco heróis cubanos presos injustamente há cinco anos nos EUA; a proscrição das bases militares do imperialismo e a desativação da 4ª Frota de Intervenção.

**24** Os rumos que orientam os processos integracionistas na região, marcados pelas novas condições criadas pelos governos e forças que se opõem ao unilateralismo estadunidense, demandam uma maior compreensão ideológica e política da necessidade de contar cada vez mais com o fator social em todo esforço integrador.



## TEMA 2

# Conjuntura Nacional

**25** O neoliberalismo resultou num extraordinário retrocesso das relações sociais, aumentando sobremaneira a taxa de exploração da força de trabalho, sobretudo dos estratos mais discriminados: as mulheres, os negros, os imigrantes, os índios, os jovens. É preciso lutar para reverter este quadro, contra as privatizações, pela valorização dos salários e pelo resgate dos setores excluídos, combatendo a terceirização, a precariedade dos contratos de trabalho e a discriminação, impedindo a flexibilização dos direitos, reduzindo a jornada de trabalho e ampliando as conquistas trabalhistas. Neste marco, impõe-se lutar para melhorar a destinação de recursos para investimentos em obras públicas, em gastos sociais, fazendo desta luta um instrumento contra a exclusão, a marginalização e a miséria.

**26** O cenário político no Brasil também mudou consideravelmente após a eleição e reeleição de Lula, que com uma orientação democrática e progressista tem contribuído, e muito, para alterar a correlação de forças na região. Embora mantenha uma orientação conservadora na esfera macroeconômica, o governo privilegiou os investimentos sociais, reduzindo de forma significativa os índices de pobreza e miséria, valorizou o salário mínimo e se relaciona com o movimento social e sindical, do qual provém, de forma democrática e respeitosa, diferentemente do neoliberal FHC, que iniciou seu primeiro mandato, em 2005, liquidando com a organização sindical dos petroleiros e tratando o movimento social como caso de polícia.

**27** Depois de 25 anos de estagnação, o processo de privatizações foi freado e a economia nacional voltou a crescer sob o governo Lula. Como consequência, o quadro de desemprego em massa legado pelo neoliberalismo tucano foi significativamente aliviado, a precarização e a informalidade recuaram com o avanço da taxa de emprego formal e as categorias, depois do tenebroso inverno neoliberal, estão conquistando melhores salários e condições de trabalho.

**28** No plano externo, o governo pratica uma política soberana, oposta à diplomacia dos pés descalços de FHC, ampliando e priorizando o relacionamento econômico e político com as nações mais pobres, da América Latina, Ásia e África, e mantendo uma postura alta perante as grandes potências capitalistas (EUA, Japão e União Européia). Esta orientação contribuiu para reduzir a dependência da economia nacional em relação aos EUA, que no passado consumiam mais de 30% das nossas exportações e hoje, num inequívoco sinal de declínio, respondem por apenas 15% das nossas vendas externas. Por esta razão, a vulnerabilidade do Brasil à crise financeira internacional é hoje menor, o que favorece o desenvolvimento nacional.

**29** Os avanços conquistados pelo governo Lula são reais, mas a situação está longe de ser considerada ideal e não justifica acomodação e passividade. É preciso intensificar a mobilização e as lutas da classe trabalhadora. Em primeiro lugar,



os metroviários e o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras têm de participar das batalhas políticas e eleitorais para assegurar o processo de mudança, elegendo candidatos comprometidos com os interesses populares, derrotando as forças conservadoras e de direita e impedindo no pleito deste ano e, sobretudo, nas eleições de 2010 (para a Presidência, os governos estaduais, Congresso Nacional e assembleias legislativas) o retrocesso neoliberal.

**30** Ao mesmo tempo, é preciso mobilizar pela mudança da política econômica, contra a autonomia do Banco Central (BC), os juros altos, pelo afastamento do banqueiro Henrique Meirelles da presidência do BC e por um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundado na soberania e na valorização do trabalho. Urge, neste sentido, impulsionar as campanhas pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários; fim do fator previdenciário; regulamentação da aposentadoria especial; ratificação das convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que garantem o direito de organização sindical e negociação aos servidores e impedem a demissão sem justa causa; regulamentação do reconhecimento e estabilidade no emprego dos dirigentes sindicais; reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; taxação das remessas de lucros das multinacionais; reajuste da tabela e mudança das alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Física, entre outras.

**31** É necessário salientar que, a exemplo de outros países, a direita neoliberal não sofreu uma derrota definitiva no Brasil, onde ainda é muito forte, não tem pudores em recorrer ao golpismo e acena diariamente com o retrocesso. A presidência da República não é, e nem pode tudo. Forças conservadoras e neoliberais mantêm posições importantes

no Poder Judiciário, no Congresso Nacional e até mesmo no governo federal, assim como em governos estaduais e municipais e nos legislativos locais.

**32** São Paulo é um exemplo disto. O governo estadual e a prefeitura da capital estão nas mãos de políticos do PSDB e do DEM, representantes da direita neoliberal, que aplicam uma política guiada pelos interesses dos grandes capitalistas, e que merece a firme condenação dos metroviários e do movimento sindical. Um dos aspectos mais perversos é o sucateamento das empresas públicas e a crescente privatização e terceirização dos serviços públicos.

**33** Nossa categoria tem se sobressaído na denúncia desta conduta antipopular dos tucanos e “demos”, que resultou na tragédia da linha 4 e é uma ameaça recorrente às nossas conquistas, assim como na luta em defesa do serviço público e por mais investimentos em infra-estrutura, o que, no nosso setor, significa mais investimentos em metrô. É indispensável participar desta batalha também no plano político-eleitoral, apoiando as candidaturas progressistas e ingressando na campanha para derrotar os candidatos identificados com o neoliberalismo, as privatizações e a terceirização nas eleições municipais.

**34** Os rumos da história no Brasil e na América Latina, onde ganha nitidez o impasse entre a sombra da opressão imperialista e a luz de um futuro soberano e socialista, vão depender do protagonismo da classe trabalhadora nas grandes lutas políticas que já estão em curso. Nosso sindicato, em aliança com as centrais sindicais e o sindicalismo comprometido com o progresso social, bem como os movimentos populares, pode jogar um grande papel na definição do nosso destino comum, se for capaz de elevar o nível de suas mobilizações e batalhas ao plano político.



## TEMA 3

# Setor de Transporte

**35** O setor de transportes públicos tem sido intensamente prejudicado pelo plano de substituição do Estado por grupos privados.

**36** Mas antes disso já havíamos sofrido com a deterioração física das instalações públicas — incluindo portos, ferrovias, estradas, ruas e avenidas — como uma opção econômica dos setores dominantes da sociedade brasileira desde o final dos anos 80. Já nos anos 90, os serviços públicos desabaram — entre eles o transporte público. O setor se viu diante de uma overdose de políticas privatizantes, inédita na história brasileira.

**37** Em contrapartida, o transporte urbano sempre foi um grande problema para as cidades brasileiras. O planejamento e o uso racional dos espaços públicos sempre foram tratados com descaso. A explosão demográfica nos grandes centros desde meados dos anos 70, e a opção de deslocamento por automóvel a partir da década de 50 criaram as condições para a crise que explodiu nos anos 90.

**38** O modelo de Estado esculpido a partir dos anos 40 garantiu o mínimo de controle e distribuição de recursos para o transporte urbano — havia investimentos públicos no setor. Nos anos 90, chegaram os demolidores da “Era Vargas”, com picaretas nas mãos, discurso demagógico neoliberal na ponta da língua, e o “mercado” assumiu status de Deus — o Estado passou a ser o Satanás da economia.

**39** Sob a falsa bandeira de que a União, os Estados e os municípios haviam perdido capacidade de investir, o setor foi abandonado à própria sorte. As ferrovias privatizadas abandonaram os trechos “antieconômicos” e o transporte público urbano mergulhou no caos. O Estado cortou a subvenção para o transporte metro-ferroviário, resultando em tarifas absurdamente elevadas e na queda da qualidade dos serviços.

**40** O caótico trânsito das grandes cidades brasileiras vem alimentando engarrafamentos mentais nas autoridades, insensíveis quanto à gravidade que a situação do transporte atingiu no Brasil. No ritmo atual, São Paulo é um caso perdido.

**41** O ciclo de investimento público para o setor, iniciado na década de 60, terminou quando o Brasil entrou na era da “modernidade” — iniciada com Collor e intensificada com FHC. Hoje, há muita propaganda sobre política de parcerias com a iniciativa privada para tirar o setor da estagnação, principalmente em períodos eleitorais, mas todas as metas apresentadas não resultam em nada de benefício para a população e para os trabalhadores.

**42** Em São Paulo temos o trágico exemplo da Parceria Público-Privada (PPP) da Linha 4 – Amarela. Mesmo sob os protestos e tentativas de impedimento do Sindicato nos âmbitos político e jurídico, o governo Alckmin implantou o projeto, deixando a semente para ser cultivada pelos seus sucessores, já que deixou o cargo para disputar



a presidência. Seu sucessor, José Serra, assumiu justamente no período em que a futura estação Pinheiros da Linha 4 desabou, causando a morte de sete pessoas e deixando centenas de casas danificadas e interditadas.

**43** Depois de mais de um ano desta tragédia, e de diversas ações emplacadas pelo Sindicato para denunciar, cobrar a responsabilização dos culpados e mais qualidade na execução das obras, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) — contratado pelo governo Serra — e o Instituto de Criminalística (IC) concluíram seus relatórios sobre as causas do desabamento e encaminharam ao Ministério Público.

**44** No entanto, por mais que estes documentos tenham apontado irregularidades cometidas pelas construtoras que compõem o Consórcio Via Amarela, o governo Serra e a Cia. já contrataram estas mesmas empresas para construir a ampliação da Linha 2 – Verde.

**45** O Sindicato continua acompanhando o desenrolar deste conflito, sempre consciente de que a eficiência do sistema de metrô é indispensável para as grandes cidades. Sabendo da história da construção do metrô em São Paulo, que é um dos mais modernos do mundo, é inconcebível aceitar que grupos privados sucateiem este sistema de transporte, prejudicando trabalhadores e a população no geral.

**46** Londres foi a primeira metrópole a contar com uma linha subterrânea, em 1863, ainda utilizando locomotiva a vapor. A tração elétrica só foi adotada 17 anos depois. Paris inaugurou seu metrô em 1900, Boston em 1901, Filadélfia em 1907, Hamburgo em 1912 e Buenos Aires em 1913.

**47** A tecnologia dos metrôs evoluiu muito desde então. Nas duas últimas décadas, essa evolução foi acelerada principalmente devido aos progressos da microeletrônica e da informática, que revolucionaram os conceitos de sinalização ferroviária e de controle operacional. São Paulo e San Francisco (EUA) foram as cidades pioneiras, nos anos 70, dos metrôs modernos pesados e de composições maiores, operadas automaticamente.

**48** A crise do petróleo nos anos 70 desferiu um golpe na expansão dos automóveis e forçou

praticamente todas as grandes cidades a iniciar a construção de metrôs. Surgiram metrôs modernos em São Paulo, Rio de Janeiro, Hong Kong, Caracas, Washington, Atlanta, Praga e Bucareste. O metrô de São Paulo trouxe para o Brasil o que havia de mais desenvolvido no mundo em termos de material rodante. Alguns técnicos da empresa dizem que tudo deu certo na empresa, exceto sua expansão.

**49** A explicação para essa estagnação é a forma como os recursos públicos são administrados no Brasil. Com o grosso das finanças comprometidas com o pagamento dos juros e amortização da dívida pública, que cresceu substancialmente em função da política adotada por FHC para satisfazer os interesses de banqueiros e especuladores, esses governantes optaram pelo desmantelamento dos serviços sob a responsabilidade do Estado, reduzindo ou zerando os investimentos e transferindo-os à iniciativa privada, por meio das privatizações, terceirizações, concessões ou outros artifícios.

**50** No ano passado, o governo federal anunciou que até 2010 a União deve investir R\$ 3,1 bilhões em obras de transporte urbano em cinco capitais: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Os recursos estão previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

**51** Do total de recursos, R\$ 1,5 bilhão virão do Orçamento Geral da União e R\$ 1,6 bilhão serão obtidos por meio de financiamentos. Mas, em São Paulo, o PAC não ajudará diretamente o metrô. O pacote do governo federal prevê a conclusão do corredor expresso de ônibus entre o Parque Dom Pedro (centro da capital paulista) e a Cidade Tiradentes (zona leste).

**52** Com 31,8 quilômetros de extensão, o corredor terá cinco terminais e três estações de transferência e funcionará de forma integrada com o metrô e os trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos. A obra tem potencial para atender pelo menos 1,5 milhão de passageiros diariamente.

**53** Mas é um processo carregado de contradições. A festejada Parceria Público-Privada é, na verdade, uma arapuca para o setor. Pelo processo proposto, o Estado entra com 85% dos investimentos e o concessionário “paga”, com recursos financiados e parcelados, apenas 15%. O governo federal, ao não garantir os subsídios que hoje mantêm esses metrôs e ao transferi-los para os Estados, está condenando os sistemas ao sucateamento e à privatização. O modelo proposto merece o mais firme repúdio dos metroviários.

**54** Os trabalhadores metroviários são parte fundamental da relação metrô-usuário. Somos, por assim dizer, o elo fundamental desta relação. Por isso, nossa voz precisa ser ouvida nos destinos do setor. É nosso dever intensificar a luta em defesa de metrôs públicos e de qualidade — com investimentos em melhorias e ampliação dos sistemas, contratação de mais funcionários e garantia e ampliação dos nossos direitos.



## TEMA 4

# Movimento Sindical e Centrais Sindicais

**55** Quem analisa a realidade do movimento sindical brasileiro conhece a importância das centrais sindicais e valoriza sua legalização, em março deste ano, como uma grande conquista da classe trabalhadora brasileira. Os anais da nossa história revelam como foi difícil luta da nossa classe trabalhadora para organizar seus sindicatos, enfrentando a intransigência dos patrões e a repressão dos governos, que considerava o movimento social como uma questão de polícia. Antigamente, os sindicatos não eram legalizados, muito menos as centrais sindicais. O direito democrático à organização sindical resultou de muitas batalhas.

**56** A importância das centrais reside no fato de que elas foram constituídas para representar e orientar a classe trabalhadora nas lutas políticas de caráter mais geral, que são indispensáveis para as categorias, como a campanha nacional pela redução da jornada sem redução de salários, valorização do salário mínimo, preservação das conquistas e direitos sociais e um novo projeto de desenvolvimento nacional, com soberania e valorização do trabalho, pleno emprego e salários decentes. Se as categorias ficarem enclausuradas em seus problemas particulares, sem maior preocupação com a luta mais geral, sofrerão derrotas e não conseguirão evitar retrocessos e conquistar melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

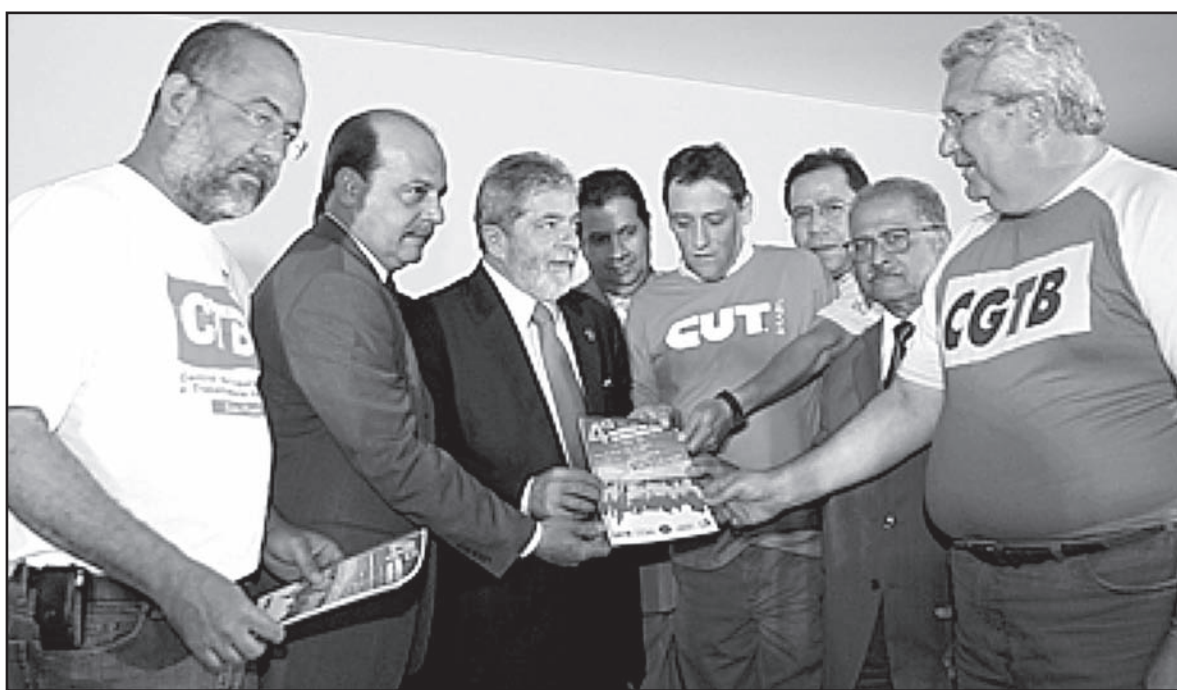
**57** No Brasil, está em curso uma recomposição do movimento sindical e diversas organizações reivindicam o estatuto de central sindical, sendo que seis delas conseguiram o reconhecimento legal no Ministério do Trabalho – CTB, CUT, Força Sindical, Nova Central, UGT e CGTB. Nosso sindicato tem a obrigação de avaliar quem é quem neste cenário e escolher com muito critério a central a que deve se filiar. Até o momento, somos filiados à CUT. Porém, a mudança no mundo sindical impõe o reexame da nossa posição e uma nova análise sobre qual o melhor caminho a adotar nas novas condições. Defendemos uma central que seja classista, democrática, plural, autônoma e de luta.

### Defendemos a filiação do nosso Sindicato à CTB, uma central classista, unitária, democrática e de luta

**58** Desde quando foi fundado, o nosso Sindicato sempre lutou ao lado do movimento sindical mais avançado para construir espaços unitários de atuação dos trabalhadores.

**59** Por isto, já no mês de sua fundação, em agosto de 1981, participou com delegados do 1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que criou a comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores).

**60** No entanto, diante da opção de setores ligados ao Partido dos Trabalhadores de fundar a CUT com um viés mais partidarizado, os metroviários não se filiaram à recém-fundada central.



**61** De lá para cá, sempre participamos dos movimentos para garantir a unidade do movimento sindical. Em nosso 1º Congresso, em 1986, a decisão de participar da fundação da CGT, teve este objetivo como norte principal.

**62** Já em 1990, com a falência da CGT como instrumento de luta pela unidade, os metroviários decidiram se filiar à Central Única dos Trabalhadores que, mesmo com suas limitações, era o espaço de unidade de todo o movimento sindical combativo que se apresentava para enfrentar os duros ataques do governo Collor, que iniciava a implementação do modelo neoliberal em nosso país.

**63** Além do mais, para disputar as idéias e mentes dos trabalhadores, o patronato e o governo impulsionaram a criação da Força Sindical, que se constituiu um braço do modelo neoliberal no seio dos trabalhadores.

**64** Durante toda a década de 90 ajudamos a impulsionar dentro da CUT as lutas contra as privatizações, contra as reformas neoliberais na previdência e na legislação trabalhista, contra os ataques aos movimentos sociais, pela liberdade de organização dos trabalhadores, contra as terceirizações, enfim, por toda a resistência às políticas antitrabalhador que FHC e sua tropa despejou sobre o povo brasileiro.

**65** Defendemos uma central que seja classista, democrática, plural, autônoma e de luta.

**66** No entanto, com a vitória eleitoral do presidente Lula, a corrente majoritária na CUT abdicou de manter a central como um instrumento com estas características e, ignorando a democracia interna, passou a impor um ritmo partidarizado e perdeu sua autonomia em relação ao governo.

**67** É neste contexto que propomos a desfiliação do nosso Sindicato à CUT e a filiação à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil).

**68** A CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) foi fundada num congresso nacional de sindicalistas realizado nos dias 12 a 14 de dezembro de 2007, em Belo Horizonte (MG), com a participação de 1300 lideranças sindicais, provenientes de quase todos os estados do país e representando mais de 500 entidades.

**69** A CTB foi fruto de uma iniciativa de sindicalistas ligados a diferentes correntes de pensamento e independentes. Já nasceu com expressiva representatividade no setor privado e público, a filiação das principais federações de trabalhadores rurais e presença destacada nos ramos metalúrgico, marítimo, comércio, construção civil, educação, transporte urbano, financeiro, serviços, funcionalismo e correios.

**70** Acima das inclinações políticas pessoais, os integrantes da CTB estão unidos em torno de concepções e compromissos traduzidos em quatro valores fundamentais:

**71** Uma central classista. A CTB se orienta por um ideal classista, associado à defesa intransigente dos interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora brasileira, bem como à luta cotidiana, permanente e sem tréguas contra a exploração e pela valorização da classe trabalhadora;

**72** Uma central democrática, plural, aberta a todas as correntes sindicais e políticas que atuam no movimento; uma central que condena o exclusivismo e o hegemonismo estreitos e adota o critério da proporcionalidade qualificada na composição de sua direção;

**73** Uma central unitária, que concebe a unidade como um princípio fundamental da luta da classe trabalhadora, defende a norma da unicidade das entidades, repudia o divisionismo e entende que a diversidade não impede a união nas ações concretas do movimento sindical;

**74** Uma central de luta, que não transige com os direitos e interesses dos trabalhadores e



trabalhadoras e compreende que só com muita mobilização e fortes batalhas o movimento sindical conseguirá dobrar o patronato e atingir seus objetivos.

### Conheça alguns dos princípios e objetivos da CTB:

#### 75 Independência classista

A CTB defende a liberdade e autonomia sindical. Queremos nossas entidades livres e independentes dos patrões, governos, credos religiosos e partidos políticos na definição dos seus objetivos e campanhas e na luta pela transformação social.

#### 76 Internacionalismo

A CTB se propõe promover os valores da solidariedade de classe, em âmbito local, nacional e internacional, em contraposição ao individualismo predatório propagado como suprema virtude pela concorrência capitalista e pelo neoliberalismo.

#### 77 Federação Sindical Mundial

No congresso de fundação, a CTB decidiu se filiar à Federação Sindical Mundial (FSM), central de âmbito mundial que está em processo de reorganização e se orienta por concepções classistas, anticapitalistas e antiimperialistas da luta sindical, sem alimentar ilusões na conciliação com a globalização neoliberal.

#### 78 Ética na política

A CTB entende que a ação política deve ser guiada por princípios éticos, idéias e objetivos elevados. Nossa ética está embasada nos princípios do humanismo, do respeito e solidariedade entre os seres humanos e os povos, do compromisso com os interesses coletivos da classe trabalhadora, com a vida e o meio-ambiente, com a justiça social, com a igualdade e com a paz e a fraternidade humana.

#### 79 Combate à discriminação

A CTB condena os preconceitos, as discriminações e as intolerâncias, seja de cor, raça, etnia credo, origem, geração, classe social, gênero ou orientação sexual. Lutaremos com vigor por uma sociedade totalmente livre do machismo, da dominação de classe, do racismo e da homofobia, males estimulados pelo capitalismo que maculam e enfraquecem os ideais de igualdade e justiça social na sociedade brasileira.

#### 80 Mulheres e negros

Compartilhamos a convicção de que sem a emancipação das mulheres, dos negros e outros segmentos oprimidos e discriminados da nossa sociedade não se poderá falar em libertação da classe trabalhadora e tampouco será aberto o caminho para uma nação justa, fraterna e igualitária.

#### 81 Transparência

Os sindicatos e entidades sociais e populares não são empresas. Seu objetivo central não é o lucro e sim a luta por igualdade e justiça econômica, política e social. Temos que desenvolver espaços de participação das bases e devemos zelar pela transparência, ética, seriedade, competência e profissionalismo.

#### 82 Desenvolvimento sustentável

O mundo se defronta com uma séria e profunda crise ambiental, impulsionada pela anarquia

dos mercados e a ânsia do capital por mais-valia, que coloca em risco a sobrevivência do planeta e da civilização humana. Defendemos uma sociedade que valorize o ser humano, a natureza e a vida. A CTB luta por uma nação livre, soberana, próspera, justa, solidária, sustentável, democrática e progressista.

#### 83 Educação

A CTB concederá especial atenção à educação e formação da classe trabalhadora, indispensável à elevação da consciência social e consolidação de uma identidade classista, essencial à luta por uma sociedade sem explorados e/ou exploradores.

#### 84 Novo projeto de nação

Um objetivo cardeal da CTB é a luta por um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundado na soberania e na valorização do trabalho. A soberania se afirma rechaçando a economia política do sistema imperialista hegemônico pelos EUA (traduzida hoje no neoliberalismo) e defendendo o direito à autodeterminação dos povos e nações. Ao contrário do liberalismo capitalista, o novo projeto de nação concebe a valorização do trabalho como uma fonte do desenvolvimento e meio de fortalecimento do mercado interno.

#### 85 Pela integração da América Latina

A defesa da soberania nacional é parte essencial do projeto de desenvolvimento com valorização do trabalho. Nas condições atuais, segundo o entendimento da CTB, a soberania passa pela luta contra o imperialismo, a solidariedade internacional com as nações e os povos oprimidos, a autonomia na condução da política econômica e a integração solidária da América Latina, com a negação da ALCA e a expansão e o fortalecimento do Mercosul e da ALBA. No campo sindical ganha ênfase a necessidade de fortalecer a Federação Sindical Mundial (FSM), à qual a CTB se filiou. A FSM tem uma concepção classista e anticapitalista da luta sindical.

#### 86 A bandeira do socialismo

A razão de ser do movimento sindical é a luta já secular contra a exploração do trabalho pelo capital. A vitória completa do sindicalismo pressupõe o fim da exploração, bem como de todo tipo de discriminação, a prevalência da igualdade, da justiça social, da fraternidade e da paz entre as nações. Isto só virá com a derrocada do capitalismo e a construção de um novo sistema social, o socialismo. Defendemos um socialismo fundado na soberania e na valorização da classe trabalhadora, com as cores e a cara do Brasil.

#### 87 Bandeiras classistas

A CTB luta para que prevaleça no Brasil um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundado na soberania e valorização do trabalho, um projeto estratégico que contempla as seguintes bandeiras:

#### 88 Pleno emprego

Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;

#### 89 Melhores salários

Fortalecimento da organização sindical, contra as perseguições de dirigentes sindicais e garantia de estabilidade no emprego.

#### 90 Ampliação e universalização dos direitos trabalhistas e previdenciários;

Efetiva reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar;

Universalização das políticas públicas;

Ampliação da democracia;

Unidade com o movimento social;

Mudanças na política econômica;

Paz mundial, contra as guerras imperialistas;

Fim do trabalho de menores e adolescentes e do trabalho escravo;

Fim de todo e qualquer tipo de discriminação.

### Balço da Fenametro

91 Desde o nosso último congresso, a Fenametro tem dado passos importantes para sua consolidação como instrumento de unidade dos metroviários brasileiros. Ao mesmo tempo em que ganhou visibilidade com lutas decididas e unitárias, a organização sindical avançou e hoje a Fenametro é uma entidade com raízes bem fincadas no movimento sindical.

92 Embora ainda com dificuldade para o seu pleno funcionamento, basicamente por limitações financeiras, a Federação conseguiu traçar os planos de lutas da categoria, bem como debater seus problemas fundamentais e consolidar uma linha de atuação combativa e democrática.

93 Sua direção fez com que a categoria também marcasse presença na luta contra a privatização e terceirização. As denúncias contra estes ataques aos metroviários e ao patrimônio público, que se apresentam em cada lugar com nomes e formatos aparentemente diferentes — privatização, concessão, terceirização, municipalização, estadualização, regionalização — também foram constantes. Destaca-se nesta luta da Fenametro o combate incessante à famigerada lei da Parceria Público-Privada (PPP) federal, que estimula a regionalização e a privatização dos metrô.

94 A Fenametro também participou das mobilizações contra a visita do presidente dos Estados Unidos, George W Bush, ao Brasil, teve participação destacada na Marcha Zumbi +10 e acompanhou de perto a tramitação do Projeto de Lei 5654/05 — de autoria inicial do deputado Jamil Murad (PCdoB-SP) e mais tarde reapresentado com o número 115/07 pelo deputado Edmilson Valentim (PCdoB-RJ) — que regulamenta a jornada de trabalho dos trabalhadores metro-ferroviários.

95 Em seu último congresso, a Fenametro coroou seu princípio de instrumento de unidade dos metroviários, decidindo pela desfiliação da CUT e optando por respeitar as opções de seus sindicatos de base e, como entidade superior de organização dos metroviários, manter-se independente em relação às centrais sindicais. Com isso, a resolução aprovada concluiu que a Fenametro não se filiara a nenhuma central com a justificativa de se coroar “como um instrumento de unidade entre os nossos sindicatos e sindicalistas, buscando sempre a construção da unidade do movimento sindical para os enfrentamentos e lutas necessárias para os trabalhadores e o povo brasileiro”.



## TEMA 5

# Organização da Categoria

**96** Fortalecer a organização da categoria na base. A Comissão Sindical de Base (CSB) é o mecanismo que organiza os ativistas do Sindicato na base da categoria. Diretores de Base e Delegados Sindicais, que são os membros estatutários da CSB, devem incorporar os cipistas e ativistas da categoria. O funcionamento regular das CSBs permite o debate sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores em seu local de trabalho, bem como a democratização das informações e orientações da direção do Sindicato para a base.

**97** Com as informações vindas das CSBs, a direção do Sindicato terá condições de melhor planejar suas ações e, com o conjunto da categoria, por em prática estratégias mais adequadas para cada situação de enfrentamento.

**98** É necessário, portanto, a implementação de uma política de formação dos delegados sindicais imediatamente após cada eleição, para uniformizar a compreensão de cada dirigente sobre o seu papel frente aos compromissos assumidos com a categoria, e as responsabilidades do mandato conferido nas urnas.

**99** Devemos reafirmar a reativação do funcionamento das CSBs em todos os setores da categoria, para a garantia de uma melhor organização da base, podendo influenciar sobremaneira nos métodos e critérios da mobilização dos metroviários (as).

### Trabalho e ações afirmativas

**100** O Brasil é um país marcado pela desigualdade. A forma de construção do capitalismo no país tem, no seu centro, a marca da concentração de renda que se legitima por mecanismos discriminatórios e racistas, originários do período da escravidão, que perdurou até quase o final do século XIX.

**101** O fim deste período, inclusive, foi construído de forma que se mantivessem intactos os privilégios das classes dominantes e se negasse oportunidades aos ex-escravos e seus descendentes. Daí o fato de haver praticamente uma coincidência entre o corte da distribuição de riquezas e o corte racial.

**102** Em 2008, o Ipea (Instituto de Pesquisa Aplicada) publicou um estudo realizado a partir dos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontando que a população negra, hoje, representa 49% da população, e que em um breve futuro será maioria absoluta. Uma maioria que já vive em situação de desvantagens na sociedade brasileira.

**103** Existe uma escala de salários no mercado de trabalho que se encontra estática ao longo dos tempos, porque não há mobilidade no rendimento dos trabalhadores, especialmente entre negros e negras, mesmo quando têm o mesmo grau de escolaridade.

**104** A renda média dos trabalhadores (as) negros (as), segundo o IBGE, nesse mesmo estudo do Ipea, demonstra que o rendimento médio desse grupo é de 53% da média trabalhador(a) branco (a). A pirâmide salarial do Brasil mantém no topo homens e mulheres brancos (as) e em seguida

homens negros e na base as mulheres negras.

**105** Este estudo indica que se essa situação persistir, o salário dos trabalhadores negros só vai se equiparar ao do branco em 2040 – isto se não houver mais nenhuma evolução na renda dos trabalhadores brancos.

**106** Neste contexto, falar em redistribuição de riquezas implica, necessariamente, em enfrentar os mecanismos de discriminação que atuam como elemento ideológico legitimador da desigualdade e da concentração de poder e riqueza.

**107** Por isto, a adoção de políticas de ação afirmativa tem duplo significado: funcionam como mecanismo de combate às desigualdades sócio-econômicas ao garantir novas oportunidades aos grupos sociais vitimados pela discriminação e pelo racismo e também como mecanismo de combate à ideologia racista.

**108** As ações afirmativas se constituem em políticas específicas (como cotas, focalização de prioridades políticas, medidas de salvaguardas específicas) direcionadas aos grupos vulneráveis historicamente. Significa uma ação de Estado com objetivos de integrar grupos sociais.

**109** A adoção das ações afirmativas para a população negra significa uma ruptura com a ideologia oficial do branqueamento e abre novas perspectivas de inclusão e geração de oportunidades, além de funcionar como mecanismo importante de redistribuição de renda. Assim, por se colocar no campo democrático e progressista, o Sindicato coloca-se totalmente favorável à adoção de tais políticas como importante ferramenta de combate ao racismo.

### Questão de gênero

**110** Embora as ações e debates voltados para a valorização da mulher e luta pela ampliação de seus direitos sociais e trabalhistas estejam acontecendo e tomando o seu devido espaço, na prática, ainda vivemos em uma sociedade extremamente desigual. Mesmo com visível crescimento da participação da mulher no mercado do trabalho, a discriminação continua intensa.

**111** O exemplo disso é a constatação de que 79% das mulheres que trabalham estão no setor de serviços, e deste total cerca de 10% estão nos setores operacionais de empresas como o metrô. As mulheres ganham 30% menos que os homens, apesar de realizarem as mesmas tarefas e 60% dos acordos coletivos não têm cláusulas sociais que beneficiam as trabalhadoras.

**112** Outro assunto que merece destaque é a prática de assédio moral, conhecido também como “violência silenciosa”, que se manifesta na forma de constantes humilhações promovidas pelas chefias.

**113** Diante desse quadro torna-se urgente unificar a força das mulheres metroviárias pela reversão desse cenário. Devemos dar continuidade à discussão sobre a discriminação de gênero, raça e orientação sexual e colocar em prática algumas ações como a luta contra a reforma da Previdência e o aumento do tempo de contribuição e idade; retomada da luta pela creche; realização de uma pesquisa nacional sobre as condições do trabalho e saúde das trabalhadoras no sistema metro-ferroviário;

luta pela adequação dos locais de trabalho para as mulheres; denúncia, para que sejam investigados e punidos todos aqueles que incorrem em crimes de assédio moral ou sexual contra trabalhadoras efetivas ou terceirizadas; incentivo à participação das mulheres nos congressos; realização de cursos específicos de formação política e a garantia da presença das companheiras em encontros nacionais e internacionais.

### Plano de lutas

**114** Pelo plano de cargos e salários com concurso interno no metrô

Lutar por um Plano de Cargos e Salários tendo como base o concurso interno, com critérios transparentes, e buscar o registro destes planos nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE).

**115** Direito dos demitidos e afastados politicamente

Frente às demissões implementadas pelo Metrô e o governo do Estado de São Paulo nas lutas contra a emenda 3 e pela Participação nos Resultados, a categoria continuará a luta pela reintegração destes companheiros, mantendo a denúncia contra estas e outras arbitrariedades.

**116** Pelo financiamento da educação continuada para os metroviários

Implementar a luta para a adoção de programas de educação continuada, financiada pela empresa, para o conjunto dos trabalhadores interessados. E, no caso da Unimetro, exigir que os seus recursos sejam distribuídos proporcionalmente por todas as faixas de trabalhadores.

**117** Garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais

A Lei 8213/91 prevê a obrigatoriedade de contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais (até 200 funcionários, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1000, 4% e acima de 1001, 5%).

**118** Certamente o Metrô encaixa-se nas faixas de 3 a 5%, e é notório o desrespeito a esse direito. É necessário cobrar da empresa o cumprimento desta lei, tomando todas as medidas políticas e jurídicas necessárias e, ao mesmo tempo, cobrar da empresa o pleno cumprimento das leis de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais que trabalham ou tenham acesso às dependências da Cia.

**119** Negociar a implementação da licença maternidade de 180 dias e da licença paternidade de 15 dias

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 2513/07 que cria a licença maternidade de seis meses, em troca do incentivo fiscal ao empregador. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado também aprovou o Projeto de Lei 666/07 que amplia a licença paternidade de cinco para quinze dias.

**120** O problema é que estes benefícios são facultativos. As empresas podem aderir ou não ao Programa Empresa Cidadã, criado a partir da aprovação da licença maternidade de 180 dias. Por isso é necessário que pressionemos a empresa para que no próximo acordo coletivo sejam garantidos os direitos à licença maternidade de 180 dias e à licença paternidade de 15 dias.